

O USO DE “O CORTIÇO”, DE ALUÍSIO DE AZEVEDO, NO ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL

ANDERSON CLAYTOM FERREIRA BRETTAS¹
RYHÃ HENRIQUE CAETANO E SOUZA²

RESUMO

A utilização de texto de ficção nos fornece informações acerca da sociedade que os produziu e das relações sociais nela existentes. Informações em seus mais variados sentidos. Nas primeiras décadas do século XX, a escrita e a literatura tornaram-se meios de crítica social. Possibilitando, que novos sujeitos fossem verbalizados, e sua inserção no mundo fossem apontadas, explicitadas. Nesta conjuntura, percebemos que as vozes de diferentes literatos passam a compor uma teia de possibilidades de crítica social e de apontamentos dos problemas e das grandes questões sociais. Movimentos literários e autores passam a enunciar as vozes dos excluídos e desvalidos. Notamos isso, por exemplo, em “o Cortiço” de Aluísio de Azevedo, obra que nos fornece um recorte cultural, social, político e econômico da primeira república, em especial, a estrutura urbana e social da cidade do Rio de Janeiro do início do século. A literatura, erguer-se, desta maneira, como um baluarte compondo um novo panorama onde a diversidade e a multiplicidade se estabelecem como essência. Seu uso como ferramenta de ensino de história, tornou-se viável a partir do Annales, sendo inegável seu papel pedagógico e seu poder enquanto instrumento carregado de significado, sentidos e implicado de valores socio históricos. O texto literário, é para nós, um monumento que é “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que detinham. Ademais, o texto de ficção, fornece ao historiador possibilidades de interpretação da sociedade, de seus hábitos, costumes e valores. Por fim, abordaremos as perspectivas do uso da obra, como ferramenta didática para a compreensão da primeira república no Brasil.

Palavras-chave: literatura; história; ensino de história; primeira república

1 Professor, Sociólogo e Historiador. Possui graduação em Ciências Sociais (UFMG), licenciatura em História (Simonsen), mestrado e doutorado em Educação (Universidade Federal de Uberlândia). Realizou estágios pós-doutorais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (História Latinoamericana), e na Universidad del Magdalena - em Santa Marta, Colômbia (História Econômica). Professor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Uberaba, atuando nos cursos de formação de professores (Química, Ciências Biológicas) e no Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica - Mestrado Profissional em Educação. E-mail: andersonbrettas@iftm.edu.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1123425845213618>

2 Mestrando em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM). Professor da *Secretaria* de Estado de Educação (SEE) de Minas Gerais. Membro do grupo de pesquisa Políticas, Educação e Cidadania (POLIS) sediado na UFU. E-mail: ryhasouza@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2102883280571757>

INTRODUÇÃO

Este artigo versa acerca das possibilidades do uso da literatura como instrumento do ensino de história. A literatura é uma ferramenta que possibilita o empoderamento sociocultural. Maria Auxiliadora Schmidt, nos lembra que o uso escolar de diferentes documentos e fontes estimula a observação do aluno e contribui para sua reflexão, resultando num processo de construção do senso crítico.

Uma nova concepção de documento histórico implica, necessariamente, repensar seu uso em sala de aula, já que sua utilização hoje é indispensável como fundamento do método de ensino, principalmente porque permite o diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido da análise histórica. O contato com as fontes históricas facilita a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 94)

A possibilidade do uso da literatura como fonte histórica, e, portanto, como instrumento de ensino do campo da história, têm suas raízes com a proposta empreendida pelos *Annales* de uma reconfiguração paradigmática do saber histórico. Constituinte, assim, novas perspectivas apontadas pela Nova História: de novos problemas, novos objetos e novas abordagens. A literatura pode nos abastecer com possibilidades, de leitura de uma história a “contrapelos” como nos diz (Benjamin, 1981).

No entanto, nem sempre a literatura, bem como outras formas de arte, foi compreendida como possuidoras de sentido histórico, pois, por ser a enunciação de uma visão social compartilhada pelo autor. Lembramos, no entanto, que a literatura pode nos trazer informações acerca dos hábitos, costumes e valores, compartilhados por determinado tecido social. Ou seja, a literatura fornece elementos à história que são em ampla maioria negligenciados pela fonte tradicional.

O ensino de história, caracteriza-se por mudanças marcantes em sua trajetória ao longo do tempo com diferentes objetivos. O caráter multifacetado da História, com distintos objetos, diferentes abordagens e diferentes problemas, nem sempre foi central na reflexão historiográfica. Neste sentido, podemos inferir três momentos dos estudos históricos:

Primeiramente, no século XIX, a História enquanto disciplina era compreendida pelos Estados e pelos próprios historiadores como portadora de um sentido teleológico, onde a constituição das identidades nacionais era o objetivo da ciência histórica que devia ser construída através de um distanciamento e de uma neutralidade.

Nesta perspectiva epistemológica, o paradigma do historiador residia em compreender a história como um espírito, ou seja, como inevitável e maior do que os homens, sendo assim, creditava à história, um dever e um sentido até certa medida dogmático.

A historiografia e o historiógrafo, deviam se preocupar com os grandes: homens, feitos, conflitos, guerras, reis, heróis, ou seja, a história era a História das grandes civilizações, a história Universal, a história dos vencedores. Nesta conjuntura, o ensino de história era abonado como necessário para constituir e explicar aos discentes, aos homens, a genealogia de formação de sua sociedade. Dessa forma, o ensino de história possuía o dever de fornecer "o sentido de progresso da humanidade" (FURET, 1986, p.135).

Em um segundo momento, o ensino de história e a historiografia passaram a constituir o discurso que instrumentalizou a formação, formatação e constituição das nacionalidades, reforçando e se investindo das concepções positivistas de caráter também teleológico. A história era compreendida como mestra da vida, como uma chave que ocultava os segredos do passado que, quando apreendidos, desvelavam mistérios e forneciam vestígios. Além disso, a História era percebida como uma grande locomotiva que de etapa em etapa histórica tinha, como fim último, louvar e fazer cânticos ao progresso industrial e científico do século XIX.

Contudo, a partir do século XX, verificamos, que o ensino de história ganha novas formatações sob viés crítico à escola metódica e as percepções positivistas, que propunham, em comum, a construção de uma identidade para um povo e/ou nação e apreendiam a história como dotada de um sentido. Os críticos deste fazer histórico, irão se ater a novas possibilidades de se produzir o saber histórico, de escrevê-lo e de enuncia-lo. Assim, a historiografia detém-se aos objetos e aos métodos do fazer historiográfico.

Portanto, os novos objetos, levaram a novos problemas e a novas abordagens que resultaram, por fim, em uma transformação não, somente, na forma de se fazer e escrever história, opera-se também, uma modificação na maneira de transmiti-la. Sendo assim, os ensaios, peças teatrais e livros literários, passaram a ser vistos pelos historiógrafos como instrumentos de leitura do passado.

DESENVOLVIMENTO

Perspectivas metodológicas do uso da literatura

Nelly Novaes Coelho (2000), vislumbra a possibilidade da literatura como um mecanismo que possibilite a transversalidade³ e interdisciplinaridade, rompendo assim, com os paradigmas tradicionais de ensino e corroborando para a construção de uma educação que assente sob outra ótica epistemológica. Coelho (2000), refere-se a literatura:

“[...] a Literatura é um autêntico e complexo *exercício de vida*, que se realiza *com e na* Linguagem – esta complexa forma pela qual o pensar se exterioriza e entra em comunicação com os outros pensares. Espaço de convergência do mundo exterior e do mundo interior, a Literatura vem sendo apontada como uma das disciplinas mais adequadas (a outra é a História) para servir de *eixo* ou de “tema transversal” para a interligação de diferentes unidades de ensino nos novos Parâmetros Curriculares.” (COELHO,2000. p.23)

Neste sentido, as obras literárias, são observadas como meios auxiliares do trabalho de ensino aprendizagem, estabelecendo uma conexão interdisciplinar, que possibilita ao discente o desenvolvimento de diversas habilidades e competências, em diferentes campos do saber, atendendo assim, aos PCNs (2008) e a BNCC (2019).

É inegável portanto, o papel da literatura, enquanto “fio de Ariadne”; meio libertador carregado de significados e forma, pela qual indivíduos e sociedades se recodificam e expressam cultura. Dessa forma, o estreitamento entre história e literatura, podem erigir um novo caminho e fundar uma nova possibilidade de interpretação de processos e eventos históricos.

Marques e Berutti (2009), nos lembram também, que a literatura pode auxiliar enquanto crônica histórica, pois mesmo que o literato não tenha compromisso com a realidade dos fatos, sua escrita pode fornecer possibilidades de questionamento, levando o historiador a repensar o passado.

A obra literária, é carregada de minúcias referentes aos códigos culturais de seu presente histórico, criando assim, representações e ideias do momento histórico por ela abordado. Logo, o valor pedagógico e as

3 O conceito de transversalidade, aqui proposto, refere-se à metodologia que organiza e promove conceitos, e procedimentos. Neste sentido, o construtivismo e o sócio construtivismo, têm contribuído como suporte teórico-epistemológico adequado para essa finalidade.

possibilidades educacionais da literatura e sua permanente inclusão, na realidade escolar, como instrumento de ensino do campo da história, é para nós, possível.

Assim, a historiografia e o ensino de história ampliaram seus métodos de abordagem. As novas abordagens, foram bem recebidas e são constantemente referenciadas no campo pedagógico, como um instrumento de ampliação dos horizontes epistemológicos tradicionais e da prática de ensino.

"A Literatura é um mundo aberto ao mesmo tempo às múltiplas reflexões sobre a história do mundo, sobre as ciências naturais, sobre as ciências sociológicas, sobre a antropologia cultural, sobre os princípios éticos, sobre política, economia, ecologia... Tudo depende de uma seleção inteligente das obras. [...] O objetivo maior das discussões sobre os novos caminhos da Educação não é a preparação dos programas de ensino, mas a separação daquilo que é considerado como saberes essenciais e evitar o empilhamento dos conhecimentos." (MORIN, 1997.p.67)

Morin, neste trecho, resume e aponta elementos e possibilidades do uso da literatura em diferentes campos do saber com diferentes objetivos. Além disso, nos alerta para uma questão que é de extrema relevância. Ou seja, Morin admite que é necessário que exista cortes para uma melhor execução da atividade pedagógica.

Acerca disso, acreditamos, que o ensino, é portador de um sentido, e que os profissionais manifestam, em sua prática, as concepções culturais e ideológica implicantes do meio em que estão inseridos, conforme Freire (1979) nos lembra: "Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?"

Sendo assim, o recorte, ao qual Morin nos aponta, é operado pelo literato que se filia a uma concepção de mundo para manifestar e expressar sua apreensão da realidade. Além disso, é também, uma das etapas de construção do saber histórico e uma das primeiras necessidades do historiador ao abordar um tema, conforme salienta Eric Hobsbawm: "todo estudo histórico, portanto, implica uma seleção, uma seleção minúscula, de algumas coisas da infinidade de atividades humanas do passado, e daquilo que afetou essas atividades. mas não há nenhum critério geral aceito para se fazer tal seleção" (Hobsbawm, 1998, p. 71). Dessa forma, o ensino de história, fomentado por este docente, é historicamente e ideologicamente

marcado e possuía, assim como a obra literária, um recorte temporal que serve à expressão de uma percepção acerca do processo histórico.

Dessarte, nestes primeiros anos do século XXI, seguimos vivenciando um intenso debate travado no campo pedagógico e historiográfico a respeito das muitas propostas de renovação metodológicas. Podemos dizer que as novas concepções se centram em grande medida, em uma maior participação do discente, bem como, na identificação do conhecimento escolar como algo menos deslocado da realidade (Bittencourt, 2004; Fonseca, 2003).

Ademais, assevera-se que ensinar história é desenvolver a **literacia histórica**, que consiste resumidamente como uma maneira de se ler a história, ler o mundo e desenvolver a possibilidade de análise crítica do saber histórico.

A Educação Histórica se preocupa com a busca de respostas referentes ao desenvolvimento do pensamento histórico e a formação da consciência histórica de crianças e jovens. Essa perspectiva parte do entendimento de que a História é uma ciência particular, que não se limita a compreender a explicação e a narrativa sobre o passado, mas possui uma natureza multiperspectivada, ou seja, contempla as múltiplas temporalidades pautadas nas experiências históricas desses sujeitos. (SOBANSKI et al, 2010, p. 10-11).

Rüsen, chama a atenção para três aspectos que o raciocínio histórico requer: a competência interpretativa, que significa conectar conceitos e sentidos com a realidade (RÜSEN, 2007, p. 111- 117), além de ver “o passado no presente”. Isto implica na construção de valores e significações, por meio da interpretação. E por último, o raciocínio histórico requer a reconstrução de identidades e a alteridade.

No entanto, temos consciência de que o ensino histórico se estabelece e se constrói através e por meio da relação professor aluno e do diálogo⁴, ou seja, é necessário estabelecer uma relação que possa responder aos anseios e aos questionamentos dos discentes. A educação se faz em especial na escola, entretanto, não é somente nela que o aluno acessa informação, sendo assim, é necessário instigar o aluno a produzir saber.

4 O conceito de diálogo, aqui expresso é aquele impetrado por Sócrates e Platão e que diz respeito a construção do conhecimento por e através da troca de saberes entre um ou mais inteligências.

A docência envolve uma proposta pedagógica e um modo de conceber a produção do conhecimento histórico que estão intimamente ligados. A relação professor-aluno expressa sempre uma concepção de história mesmo quando professores e alunos não se dão conta disso (...). Embora o passado enquanto tal não se modifique, a construção do conhecimento se modifica de acordo com o modo pelo qual o historiador se vê no presente, pensa o social e se insere nele, enquanto sujeito social e enquanto pesquisador (Vieira, et al. 2007, p. 65).

Dessa forma, acreditamos que o docente em história pode levar à sua atividade, as inquietudes, instigações e percepções interpretativas, acerca de um processo histórico e dessa maneira transmiti-la aos seus educandos levando-os, também, à construção de um saber dialógico e crítico, fortalecendo no aluno a capacidade de reflexão e análise. Nas palavras de Karnal (2008) "quanto mais o aluno sentir a história como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer".

Aluísio de Azevedo e o ensino de história do Brasil.

Publicado, originalmente em 1890, o romance, *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo (1857-1913), tem sua narrativa localizada historicamente, nos anos finais do século XIX e na derrocada do regime monárquico, retratando assim, aspectos da transição da monarquia para a comumente denominada: Primeira República⁵. A obra dedica-se, a explorar as questões sociais, bem como, os problemas econômicos, culturais, éticos e políticos. Enfim, a abordagem de Azevedo é bastante rica em detalhes referentes à sociedade da época.

Dessa forma, torna-se ao historiador atento, fonte inestimável de possibilidades e de recursos para o ensino e análise do período em questão. Aluísio de Azevedo, é o principal autor naturalista, movimento literário que

5 A Primeira República, é o período da história do Brasil que aconteceu de 1889 a 1930, tendo sido iniciado com a Proclamação da República que ocorreu à 15 de novembro de 1889 e encerrou-se com a deposição de Washington Luís em decorrência da denominada Revolução de 1930. Uma das características deste período, reside no fato do poder político, ter se estabelecido em um acordo entre as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo que se alternariam a cada mandato no executivo federal.

baseando-se na realidade, na observação das questões sociais, busca demonstrar como o ambiente socio histórico, a qual o indivíduo encontra-se inserido, determina sua condição de vida e suas concepções mentais.

Afrânio Coutinho (2004), salienta que o movimento naturalista se inicia no Brasil, a partir de 1870, com as obras: *O primo Basílio (1878)* e *O crime do padre Amaro (1875)*, escritas por Eça de Queiroz. Ademais, Coutinho, nos aponta que um elemento característico do naturalismo é seu caráter "científico" de influência darwinista.

Azevedo (2001), em seu romance, traz à luz um Rio de Janeiro antagônico ao aforismo de cidade maravilhosa. Em sua obra a cidade é personagem e sua organização socio política é tema de um elaborado enredo. A tônica de sua obra, é apontar aos leitores as disputas, conflitos e problemas sociais comuns na cidade daquele período, conforme, podemos observar pela análise realizada por (Chalhoub, 1996) em sua obra: *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*.

O contexto da obra de Azevedo, é a capital federal do Brasil no final do século XIX e início do século XX. Nesta transição de século, havia também no Brasil, a transição de regime político, de modelo de trabalho. Novas classes sociais nasciam, e novos atores sociais, emergiam com novas demandas políticas. Além disso, um novo modelo paradigmático e epistemológico de explicação e análise social nascia e se desenvolvia entre setores distintos. Este modelo, calcado no cientificismo, no evolucionismo e no darwinismo social⁶ dará respaldo ideológico a diversas manifestações políticas

A rigor, podemos caracterizar o período como de intensa crise de todo o *establishment*, já que toda a ordem jurídica, social, política, cultural e ideológica do império, estava sendo solapada por grupos distintos em diferentes frentes: abolicionistas, republicanos, militares, civis, entre outros.

De tal modo, que podemos constatar que a obra é alegórica e faz inferência ao último quartel oitocentista, com a expansão geográfica, a transformação e modernização dos costumes, ambas alterações associadas às alterações operadas na paisagem urbana brasileira e na mudança social promovida pela política de imigração e pela abolição da escravidão.

6 Conceção filosófica, difundida amplamente no final do século XIX e início do século XX. Nesta perspectiva, havia uma hierarquia social, que tornaria possível classificar as sociedades de acordo com um padrão preestabelecido de civilização. Esta doutrina filosófica, atendeu a diversos interesses dentre eles podemos apontar o neocolonialismo europeu sobre o continente africano e asiático.

O livro, *O Cortiço*, compõem-se de vinte e três capítulos, nos quais Aluísio, irá focalizar sua narrativa na forma de vida das classes operárias em sua moradia coletiva, seus aspectos de vida, como hábitos, valores e formas de trabalhar, contrapondo-os, a vida abastada da família vizinha ao Cortiço. A peça é narrada em terceira pessoa com narrador onisciente, e que demonstra uma imparcialidade científica acerca dos problemas narrados. Além disso, a obra é escrita de forma linear tendo seu desfecho com o enriquecimento de João Romão, personagem central do romance.

A temática, de Azevedo, encontra eco em obras de Émile Zola (1840-1902) e de Baudelaire (1821-1867), dentre outros, que em romances irão nos apontar contradições em aspectos sociais da sociedade francesa, assim como Azevedo, fará com relação a sociedade fluminense. Observamos assim, que as apreensões e o ideário de Aluísio de Azevedo, remetem à ideologia francesa de higienização e organização social.

Destacamos, que é neste contexto, que políticas públicas de higiene social⁷ começam a se desenvolver e se difundir no Brasil. Muitas destas ideologias, encontram apoio nos positivistas, grupo que tinha como ideólogo o sociólogo francês Auguste Comte (1798-1857), as concepções positivistas irão servir de substrato aos republicanos e aos militares e a nova república. Pois, mesmo sendo capital federal

a cidade era feia, cortada por ruas estreitas, escuras e sujas. Não havia remoção do lixo, sistemas de esgotos, qualquer noção de higiene pública. Foi nesse sentido que desembarcou a corte portuguesa, promovendo o que poderíamos denominar de reeuropeização (COSTA, 1972, p. 299)

Em sua peça literária, observamos, por meio do contraste, as divergências sociais notórias na capital federal daquele período. O autor, busca abordá-las, contrastando para isso, dois grupos sociais que se encontram em camadas antagônicas em todos os aspectos, especialmente, no que é atinente a moradia, lazer, costumes culturais e laborais. Ademais, os espaços abordados na obra, são espaços que nos remetem a esta dicotomia.

7 Tomaremos como marco do surgimento desta preocupação, as primeiras iniciativas estatais em resposta as epidemias de febre amarela e cólera das décadas de 1840 e 1850, nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Cabe ressaltar que a preocupação com o saneamento, levou o império a criar um imposto para financiar o pagamento as empresas prestadoras deste serviço.

O primeiro espaço retratado, é o cortiço com suas casas mal construídas, com sua sujeira, cacofonia, desordem em uma mistura de sons, hábitos, raças que irão constantemente ao longo da obra, retratar a pobreza, a miséria e a promiscuidade das classes perigosas. Acerca disso, Chalhoub (1996) irá destacar:

Vamos encontrar o conceito de classes perigosas como um dos eixos de um importante debate parlamentar ocorrido na Câmara dos Deputados do Império do Brasil nos meses que se seguiram à lei de abolição da escravidão, em maio de 1888. Preocupados com as consequências da abolição para a organização do trabalho, o que estava em pauta na ocasião era um projeto de lei sobre a repressão à ociosidade. Nossos parlamentares, ávidos leitores de compêndios europeus, irão utilizar como fonte nessa questão alguns autores franceses, cuja definição de classes perigosas parecia vir mais ao encontro de suas preocupações. Eles recorrem com frequência, por exemplo, a M. A. Frégier, um alto funcionário da polícia de Paris.

Assim, Aluísio, nos fornecerá em sua peça literária, um tema de intenso debate na arena política, carregado de uma ideologia de controle que se acentuara na primeira década do século XX, dessa forma, os conflitos e interesses, encontraram no discurso técnico de organização, êxito na consolidação de uma política de repressão e controle das classes mais baixas. Além disso, ressalvamos a preponderância das perspectivas urbanistas francesas, por parte de parlamentares na elaboração dessa política de controle, que encontrará em Pereira Passos⁸(1836-1913) seu ápice.

Outro espaço no qual se passa a narrativa, localiza-se, ao lado do Cortiço de João Romão, separando-se deste por um muro. Este espaço, é de característica aristocrática e de posse do comerciante Miranda, desafeto de João Romão. O sobrado, ao contrário do cortiço, retrata a ascensão da classe burguesa a novas posições sociais e nos revela uma sociedade em transição. Outro elemento alegórico referente ao sobrado, diz respeito ao contraste entre esta morada e o Cortiço. O sobrado é descrito como um local organizado, belo, recatado e com pessoas de boa índole.

Avultamos assim, que o sobrado e o cortiço, são também, personagens da obra, que influem no comportamento e na vida de seus habitantes. Assim, o cortiço é retratado como uma força danosa aos indivíduos, os levando à corrupção e a imoralidade, por outro lado, o sobrado é um local onde se cultiva boas maneiras, bons hábitos. Dessa maneira, podemos observar que o contexto social e o local de existência do sujeito, são

determinantes, segundo o autor, para a formação de seu caráter e de sua personalidade.

Chama-nos a atenção, outro elemento presente na obra de Aluísio de Azevedo, que diz respeito ao embate entre cultura popular e cultura aristocrática. Definiremos cultura, como a maneira de viver em uma sociedade, compartilhando por este motivo, costumes, hábitos, valores e concepções mentais. Neste sentido, o termo cultura abarca duas formas de relações: a dos homens entre si e a dos homens com o mundo que os cerca.

Logo, este aspecto que se desenvolve na narrativa de Azevedo, pode ser por nós apontado em sala de aula, como um elemento da cultura ideológica do período em questão. Assim, podemos estruturar uma explanação que aborde desde as concepções filosóficas hegemônicas no Brasil do século XIX, até as políticas públicas elaboradas pelos sucessivos governos, com vistas a atender uma demanda arquitetônica estética global da denomina *belle époque*.

Sendo assim, adotamos uma metodologia de caráter bibliográfico para a construção e edificação deste projeto em sala de aula. Antônio Carlos Gil (2002), classifica as obras literárias como fontes de pesquisa bibliográfica, pois "a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente" (2002, p. 45). Recorreremos, além da obra de Azevedo, a diversos autores que refletiram sobre o período histórico, o tema, o assunto e as problemáticas levantadas pelo autor.

Alvitramos a utilização de textos literários como instrumentos didáticos nas aulas de ensino de História. Um de nossos objetivos, consiste em analisar as possibilidades de utilização de peças literárias no ofício docente, buscando verificar a interação (in)direta entre a literatura e o ensino de História. Com ênfase, para a identificação das formas de enunciação da relação histórico-cultural, procurando demonstrar suas permanências e rupturas. Assim, o presente artigo propõe expor metodologias, para se levar a Literatura para dentro da sala-de-aula no ensino de História.

O cortiço será a primeira obra literária, que trará em sua narrativa a presença do negro, em mais variadas posições sociais, do operário, do imigrante em especial o italiano e será também uma das primeiras peças a apontar a explosão populacional, o processo de industrialização, o agravamento das questões sanitárias, a questão da moradia, conforme, podemos verificar em Azevedo (2017).

As personagens da obra de Alísio de Azevedo, retrataram em especial a ascensão de João Romão, ou seja, o autor, em sua obra nos fornecerá uma leitura extremamente pertinente, acerca do processo de formação, construção e manutenção das elites nacionais. No correr da obra, iremos verificar os meios aos quais João Romão empregará para alçar seus objetivos, observaremos também, como esses novos donos do poder edificaram sua história apagando de seus registros diversos grupos sociais.

Acreditamos que o livro, poderá nos ofertar elementos para ponderarmos sobre o processo de eugenia e a sua correlação com o darwinismo social, discursos difundidos no Brasil do século XIX, e que como nos lembra Schwarcz e Starling (2018), foi proposta de governo no Congresso Universal de Raças, ocorrido em Londres em 1911.

Assim, ao nos atermos ao enredo da peça literária, podemos constatar que João Romão ao ascender socialmente abandona sua companheira Bertoleza, mulher negra, para se casar com a filha de Miranda, um aristocrata em crise, que mesmo sendo seu desafeto, carrega um título nobiliárquico, que poderá lhe garantir novas condições sociais, o que de fato se concretiza quando João torna-se visconde apagando assim, imediatamente, seu passado.

Em suma, observamos que nesta obra o autor, utiliza-se da percepção naturalista e cunha uma narrativa que procura trazer para o micro cosmos, as questões e dicotomias sociais do macro cosmos. Sendo assim, Miranda, representa o português que primeiro chegou à terra, se ambientou e de forma ingloria, por meio da exploração da terra e de pessoas, alcançou o posto de barão. É casado com uma mulher que o trai constantemente, o que podemos aludir como uma representação da necessidade de trairmos nossos princípios e ideais, para conquistarmos notoriedade e poder social.

Neste escrutínio, Romão pode ser compreendido como aquele que ambiciona e sonha em conquistar o posto já contraído por Miranda, e por este motivo devota a ele uma animosidade que se torna força motriz para seu progresso. Ademais, assim como Miranda, João utiliza-se de diversos subterfúgios como roubo, exploração, fraude para progredir aos olhos da sociedade, e para se estabelecer de vez, procurará apagar de seu passado qualquer resquício que o ligue aos desafortunados moradores do cortiço.

Bertoleza, ficará assim relegada ao ostracismo e abandonada por Romão, pois é negra, e, portanto, deve ser superada com base na ideologia eugenista e a concepção de evolução social, presente em seu contexto histórico. Romão, com seu novo casamento, buscará aos olhos da sociedade: título, riqueza e talvez àquilo a que Aluísio mais escamoteado deixou

em sua obra, que consiste na afirmação tácita de purificação da raça e embranquecimento para evolução social.

Salientamos, que a obra de Aluísio de Azevedo, não se restringe a estes dois personagens e muito menos a essa temática, entretanto, neste breve artigo consideramos pertinente nos atermos apenas a este tema. Acreditamos, que esta escolha seja necessária para proporcionar ao discente e ao educando tempo para a leitura, interpretação e compreensão da obra em sala de aula.

A execução da atividade

Nossa proposta se deu em torno de um projeto interdisciplinar ocorrido entre o professor titular de língua portuguesa e o professor titular da cátedra de história. Tínhamos como meta, a utilização de livros literários, que pudessem levar o discente a compreender as escolas literárias de cada período histórico, com base na obra escolhida, na vida de seu autor e no período em que autor e obra estão inseridos, tomando como base sua primeira edição. Buscamos demonstrar assim, a relação desta obra com o seu período histórico, analisando para tanto as escolas literárias, como também o período histórico à luz do livro literário escolhido.

Para o desenvolvimento deste projeto, selecionamos, para retratar o Brasil da primeira república, com sua capital federal no Rio de Janeiro, e com suas questões sociais políticas e econômicas a obra que hoje está em domínio público de Aluísio de Azevedo, especificamente, ***O cortiço***, lançado primeiramente em 1890 um ano após ao golpe militar⁸ que deu origem à república.

Primeiramente, o professor de português explanava sobre o autor e suas intenções, além disso, buscava evidenciar a relação de sua produção textual com sua realidade e com seu contexto histórico. Em seguida na aula de história o professor elencava alguns eventos que ocorreram durante o período histórico da escola literária em evidência, aqui em nosso caso, a naturalista. Após essa introdução, o aluno era levado a compreender a escola literária relacionando-a aos eventos históricos acima elencados.

8 Entendemos como Golpe, a Proclamação da República, pois esta subverteu a ordem institucional vigente com o uso da força. Amparamos e validamos nossos argumentos de que foi um Golpe, pois foi fartamente, expresso por: ARAÚJO, Rita de Cássia e Barreto; VELHO, Tulio (orgs.). 1964: **O Golpe Passado a Limpo**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2007.

No terceiro momento, o professor de história buscava construir sua explicação discursiva, acerca dos eventos abordados na obra, à luz da própria obra que foi em aulas anteriores do professor de português previamente lida. Em seguida em parceria com o professor de português os discentes assistiam a película: *O Cortiço*, dirigido por Francisco Ramalho Júnior e exibido pela primeira vez em 1978, com duração de uma hora e cinquenta minutos.

A conclusão do trabalho, ocorreu em uma gincana, no pátio da escola, com a colaboração do professor de Educação física, que cedeu o local em um dos seus horários. Nesta atividade, os alunos eram convidados em duplas, de acordo com a cor de suas pulseiras, que podia variar entre vermelho e azul, a responderem a uma questão, proposta pelos professores.

As indagações eram referentes aos conteúdos de história e português que foram desenvolvidos com a leitura da obra literária. Assim, as questões, foram elaboradas à luz do livro "O Cortiço". A dinâmica, consistia em acumular pontos, e isso era possível com o acerto por parte do discente a pergunta realizada. As perguntas eram enunciadas, de uma só vez e cada púlpito, onde eram respondidas as questões, tinham uma cor própria correspondente a pulseira dos estudantes. Dessa forma, o grupo (cor), que obtivesse maior número de pontos ao final da gincana, era declarado dono do cortiço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avalizamos, conforme exposto, que a literatura, por ser filha de seu tempo, pode fornecer, assim como os documentos de arquivos e fontes históricas tradicionais, a compreensão e as percepções de hábitos, costumes, disposições mentais e valores pertinentes a um momento histórico. Em outras palavras, a literatura como ferramenta de ensino, possibilita, ao educando, apreender peculiaridades e especificidades que são deliberadamente, preteridas pelos vestígios tradicionais do passado. A literatura consente em compor e abarcar diversos sentidos, criando e resignificando representações do passado.

Atinente a isso, observamos que o ensino de História tem numerosos desafios para seu desenvolvimento, sendo um deles a superação dos estudos históricos, por meio de fonte tradicionais de saber e da manutenção do currículo monodisciplinar. Logo, este artigo também se justifica, sob o preceito de colaborar para um aprofundamento e um estreitamento do historiógrafo/ professor com a literatura, no que diz respeito a valorização do ensino de História da literatura brasileira.

Assim, a citada publicação, permite um entendimento do imaginário, das representações e concepções de uma parcela da sociedade brasileira, representada pelo autor acerca das condições sociais das classes mais pobres no Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX. Desvelando aspectos da história e da realidade que passam ao largo das fontes tradicionais.

Salientamos, que a leitura da obra implica em amparar o aluno a ser autor de sua própria interpretação. Assim, se faz necessário que primeiramente se exponha as características gerais as quais a obra está vinculada, bem como se faz de extrema importância, externalizar as características sociais, políticas e econômicas relativos ao processo e evento histórico, interpelado na peça literária.

De tal modo, consideramos ser necessário que o aluno não seja mero receptor de uma interpretação. Será ele, em nossa concepção agente efetivo na construção e consolidação de uma compreensão literária e histórica.

Destarte, recomendamos o uso de peças literárias como mecanismos de dinamização do processo de ensino aprendizagem. Aluísio de Azevedo e seu romance é, um instrumento que possibilita o entendimento sociocultural da realidade brasileira e de sua implicação para o presente.

THE USE OF "O CORTIÇO", BY ALUÍSIO DE AZEVEDO, IN THE HISTORY TEACHING OF BRAZIL

ABSTRACT

The use of fictional texts provides us with information about the society that produced them and the social relations existing in it. Information in its most varied senses. In the first decades of the century, writing and literature became means of social criticism. Enabling new subjects to be verbalized, and their insertion in the world to be pointed out, explained. At this juncture, we realize that the voices of different writers start to compose a web of possibilities for social criticism and pointing out problems of major social issues. Literary movements and authors begin to enunciate the voices of the excluded and underprivileged. We notice this, for example, in Aluísio de Azevedo's "O Cortiço", a work that provides us with a cultural, social, political and economic perspective of the first republic, in particular, the urban and social structure of the city of Rio de Janeiro at the beginning of that century. Literature, in this way, stands as a bastion, composing a new panorama where diversity and multiplicity are established as essence. Its use as a history teaching tool became viable after Annales, its pedagogical role and its power as an instrument loaded with meaning, senses and implied in socio-historical values

being undeniable. The literary text is, for us, a monument that is “a product of the society that manufactured it according to the power relations they had. Furthermore, the fictional text provides the historian with possibilities for interpreting society, its habits, customs and values. Finally, we will address the perspectives of using the work as a didactic tool for understanding the first republic in Brazil.

Keywords: literature; story; history teaching; first republic

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Ática, 2001.

AZEVEDO, André Nunes de. **A Grande Reforma Urbana do rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as Ideias de Civilização e Progresso**. 1ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2017.

BITTENCOURT, C. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 1996.

COELHO, Nelly Novaes. **A guerra colonial no romanesco**. São Paulo: Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, 2004.

_____, Nelly Novaes. **Literatura: arte, conhecimento e vida**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Petrópolis, 2000.

COSTA, Maria Odila. **O Processo de Independência do Rio de Janeiro**. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.) 1822: dimensões. São Paulo: Difel, 1972.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. São Paulo: Global, 2004

DALCASTAGNÈ, R. Da senzala ao cortiço: história e literatura em Aluísio Azevedo e João Ubaldo Ribeiro. **Revista Brasileira de História**, v. 21, n. 42, p. 483–494, 2001.

FONSECA, S. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12^a Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

FURET, F. **A oficina da História**. Trad. Adriano D. Rodrigues. Lisboa: Gradiva, 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LE GOFF, J.; NORA, P.; SANTIAGO, T. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

MARQUES, A.; BERUTTI, F. **Ensinar E Aprender História**. Belo Horizonte. RHJ LIVROS, 2009.

MORIN, E.; DUARTE, L.; MEIRELES, C. **Meus demônios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

RÜSEN, J. **História viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 2007.

SCHMIDT, M; CAINELLI, M. **Ensinar história**. 2 ed., São Paulo: Editora Scipione, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 2015.

SOBANSKI et. al. (2010) **Ensinar e aprender história: histórias em quadros e canções**. Curitiba: Base Editorial.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 2007